

Gestão 2022-2024

Procurador-Geral de Justiça
Alexandre Magno Benites de Lacerda
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional
Paulo César Zeni
Corregedor-Geral do Ministério Público
Silvio Cesar Maluf
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Helton Fonseca Bernardes
Ouvidor do Ministério Público
Renzo Siufi
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Camila Augusta Calarge Doreto
Secretária-Geral do MPMS
Bianka Karina Barros da Costa

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrainer</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Avila</i>	Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	Procuradora de Justiça <i>Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira</i>
Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Fernandes Sisti</i>
Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 12 às 19 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão
e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: caodh@mpms.mp.br



PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

RESOLUÇÃO Nº 50/2022-PGJ, DE 26 DE OUTUBRO DE 2022.

Altera a Resolução nº 6/2012-PGJ, de 4 de abril de 2012, que dispõe sobre as atribuições dos cargos em comissão de direção, chefia e assessoramento e das funções de confiança do Quadro de Servidores do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos V e VI do art. 7º da Lei Complementar Estadual nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e considerando o disposto no § 5º do art. 4º da Lei Estadual nº 4.134, de 6 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º Fica alterado o Anexo Único da Resolução nº 6/2012-PGJ, de 4 de abril de 2012, na parte que dispõe sobre o cargo de Chefe de Núcleo, função de Chefe do Núcleo de Controle e Conservação do Patrimônio Permanente, símbolo MPDS-107, que passa a vigorar como cargo de Chefe de Núcleo, função de Chefe do Núcleo de Obras e Serviços de Engenharia, símbolo MPDS-107, com o respectivo detalhamento das atribuições e requisitos para investidura conforme o Anexo Único desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande, 26 de outubro de 2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

ANEXO ÚNICO DA RESOLUÇÃO Nº 50/2022-PGJ, DE 26 DE OUTUBRO DE 2022.

CARGO	FUNÇÃO	SÍMBOLO
CHEFE DE NÚCLEO	CHEFE DO NÚCLEO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA	MPDS-107
SUBORDINAÇÃO: DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA		
DETALHAMENTO DAS ATRIBUIÇÕES		
1. Planejar, acompanhar e coordenar as atividades relacionadas a sua área de atuação. 2. Supervisionar, executar, coordenar e orientar as obras e serviços de natureza técnica da função. 3. Planejar e sugerir as contratações de serviços de engenharia, conforme estudo técnicos. 4. Acompanhar, gerenciar e fiscalizar os contratos de serviços comuns, serviços de engenharia e obras, bem como outros serviços demandados pelo Departamento de Engenharia. 5. Elaborar planejamentos, projetos, relatórios e planilhas orçamentárias associadas aos serviços especializados de engenharia, em todas as suas etapas, analisando e definindo materiais, acabamentos, técnicas e soluções construtivas e metodologias. 6. Fiscalizar e executar obras e serviços, bem como dar suporte no desenvolvimento de estudos de viabilidade financeira das contratações. 7. Realizar atividades de padronização, mensuração e controle de qualidade. 8. Dar suporte, assessoria e consultoria às atividades desenvolvidas pelo Setor de Manutenção e Suporte, no que demandar a atuação conjunta da equipe. 9. Ter conhecimento das normas e rotinas do serviço. 10. Gerenciar as atividades e solicitações dos servidores sob sua subordinação, controlando sua frequência e realizando sua avaliação de desempenho. 11. Executar outras atividades correlatas determinadas pelas chefias superiores.		
REQUISITOS PARA INVESTIDURA		
Curso superior completo, com habilitação específica compatível com o cargo.		

PORTARIA Nº 5222/2022-PGJ, DE 25.10.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

RESOLVE:

Designar o Promotor de Justiça de Rio Verde de Mato Grosso, Matheus Carim Buckner, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Promotoria de Justiça e pelo Juizado Especial Adjunto da comarca de Rio Negro no período de 3.11 a 2.12.2022, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Juliana Pellegrino Vieira.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 5223/2022-PGJ, DE 25.10.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 1º Promotor de Justiça de Rio Brilhante, Jorge Ferreira Neto Júnior, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Promotoria de Justiça e pelo Juizado Especial Adjunto da comarca de Nova Alvorada do Sul no período de 16 a 18.11.2022, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Maurício Mecelis Cabral.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 5221/2022-PGJ, DE 25.10.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça George Cassio Tiosso Abbud 20 (vinte) dias de férias regulamentares, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídos no período de 27.2 a 18.3.2023, e a conversão em abono pecuniário de um terço das férias, no período de 9 a 18.1.2023, nos termos dos artigos 139, inciso I, 140 e 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 5224/2022-PGJ, DE 25.10.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 17º Promotor de Justiça de Dourados, Luiz Gustavo Camacho Terçariol, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Caarapó no dia 11.11.2022, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Arthur Dias Junior.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 5220/2022-PGJ, DE 25.10.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Procuradora de Justiça Ana Lara Camargo de Castro 11 (onze) dias de férias remanescentes, referentes ao período aquisitivo 2016/2017, a serem usufruídos no período de 1º a 11.11.2022, nos termos dos artigos 139, inciso I, 140 e 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 5218/2022-PGJ, DE 25.10.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Marjorie Oliveira Zanchetta de Azambuja 3 (três) dias de férias remanescentes, referentes ao período aquisitivo 2017/2018, a serem usufruídas no período de 3 a 5.4.2023, nos termos dos artigos 139, inciso I, 140 e 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 5219/2022-PGJ, DE 25.10.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Marjorie Oliveira Zanchetta de Azambuja 5 (cinco) dias de compensação no período de 23 a 27.1.2023, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada nos dias 19.12.2020, 9 e 10.1.2021 e no período de 22.2 a 1º.3.2021, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4971/2022-PGJ, DE 5.10.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 19 (dezenove) dias de compensação de plantão ao Promotor de Justiça Eduardo Franco Cândia, que seriam usufruídos nos períodos de 26.9 a 14.10.2022, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 227, de 19 de outubro de 2016 (PGA nº 09.2022.00009567-0).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 5256/2022-PGJ, DE 26.10.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “h” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E:

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral os membros do Ministério Público Estadual abaixo nominados, para, sem prejuízo de suas funções, coadjuvarem as seguintes Zonas Eleitorais, no dia 30 de outubro de 2022, conforme o quadro a seguir:

ZONA ELEITORAL	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA
4ª	Gilberto Carlos Altheman Júnior
5ª	Paulo Leonardo de Faria
5ª	Murilo Hamati Gonçalves
7ª	Viviane Zuffo Vargas Amaro
8ª	José Luiz Rodrigues
9ª	Antonio Carlos Garcia de Oliveira



11ª	Jorge Ferreira Neto Júnior
11ª	Maurício Mecelis Cabral
13ª	Leonardo Dumont Palmerston
15ª	Cíntia Giselle Gonçalves Latorraca
18ª	Claudia Loureiro Ocariz Almirão
19ª	Thiago Barbosa da Silva
22ª	Allan Carlos Cobacho do Prado
23ª	Ronaldo Vieira Francisco
25ª	Andre Luiz de Godoy Marques
27ª	Allan Thiago Barbosa Arakaki
31ª	Daniele Borghetti Zampieri de Oliveira
33ª	Lenize Martins Lunardi Pedreira
40ª	Juliana Pellegrino Vieira
43ª	Radamés de Almeida Domingos
44ª	Eduardo de Araujo Portes Guedes
50ª	Luciano Bordignon Conte
50ª	Pedro de Oliveira Magalhães
53ª	Renata Ruth Fernandes Goya Marinho
54ª	Guilherme Pereira Diniz Penna

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 5190/2022-PGJ, DE 21.10.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 5089/2022-PGJ, de 14.10.2022, que designou o Promotor de Justiça Substituto Murilo Hamati Gonçalves para atuar nas audiências da comarca de Sete Quedas no dia 19.10.2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 5134/2022-PGJ, DE 18.10.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os membros do Ministério Público abaixo nominados para, sem prejuízo de suas funções, atuarem nas audiências da comarca de Itaquiraí, conforme segue.

MEMBRO	DIA
Gabriel da Costa Rodrigues Alves	18.10.2022
Fabio Adalberto Cardoso de Moraes	20.10.2022

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 5203/2022-PGJ, DE 24.10.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Rodrigo Cintra Franco 5 (cinco) dias de férias remanescentes, referentes ao período aquisitivo 2018/2019, a serem usufruídas no período de 21 a 25.11.2022, nos termos dos artigos 139, inciso I, 140, e 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 5205/2022-PGJ, DE 24.10.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Daniele Borghetti Zampieri de Oliveira 5 (cinco) dias de compensação no período de 12 a 16.12.2022, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada nos dias 7.3.2021, 17, 18 e 21.4.2021 e 15.5.2021, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 5231/2022-PGJ, DE 26.10.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 58ª Promotora de Justiça de Campo Grande, Paula da Silva Volpe, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 6ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 28.11 a 16.12.2022, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Cristina Beraldo de Andrade.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 5232/2022-PGJ, DE 26.10.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 18º Promotor de Justiça de Campo Grande, José Arturo Iunes Bobadilla Garcia, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 19ª Promotoria de Justiça da referida Comarca nos dias 9 e 10.11.2022, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Lívia Carla Guadanhim Bariani.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA N° 5187/2022-PGJ, DE 21.10.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar n° 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria n° 2227/2022-PGJ, de 16.5.2022, na parte que concedeu ao Promotor de Justiça Marcos Roberto Dietz 1 (um) dia de férias compensatórias que seria usufruído no dia 18.10.2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 5186/2022-PGJ, DE 21.10.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar n° 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Maurício Mecelis Cabral 3 (três) dias de compensação no período de 16 a 18.11.2022, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada nos dias 25 e 26.7 e 29.8.2020, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução n° 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 5185/2022-PGJ, DE 21.10.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar n° 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Revogar, a partir de 24.10.2022, a Portaria n° 3141/2021-PGJ, de 24.8.2021, na parte que designou o Promotor de Justiça Fabricio Secafen Mingati para atuar, na qualidade de membro colaborador voluntário, no Grupo de Atuação Especial de Controle Externo da Atividade Policial, Gacep.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 4992/2022-PGJ, DE 5.10.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar n° 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 13 (treze) dias de compensação de plantão ao Promotor de Justiça George Zarour Cezar, que seriam usufruídos no período de 19.9 a 1º.10.2022, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar n° 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar n° 227, de 19 de outubro de 2016 (PGA n° 09.2022.00009337-2).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 5233/2022-PGJ, DE 26.10.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 15º Promotor de Justiça de Campo Grande, Alexandre Pinto Capiberibe Saldanha, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 14ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 21.11 a 17.12.2022, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Marcelo Ely.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 5234/2022-PGJ, DE 26.10.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 3º Promotor de Justiça de Campo Grande, Fernando Jorge Manvailer Esgaib, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 9ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 21 a 25.11.2022, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Emy Louise Souza de Almeida Albertini.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 5170/2022-PGJ, DE 20.10.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 4345/2022-PGJ, de 30.8.2022, que concedeu à Promotora de Justiça Regina Dornte Broch 4 (quatro) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, que seriam usufruídos no período de 24 a 27.10.2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 5174/2022-PGJ, DE 20.10.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 4731/2022-PGJ, de 23.9.2022, que designou a Promotora de Justiça Marjorie Oliveira Zanchetta de Azambuja para responder pela 23ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande no período de 24 a 27.10.2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 5171/2022-PGJ, DE 20.10.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Ricardo Rotunno 1 (um) dia de férias compensatórias no dia 27.10.2022, referente ao feriado forense de 20.12.2019 a 6.1.2020, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4991/2022-PGJ, DE 5.10.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 13 (treze) dias de compensação de plantão ao Promotor de Justiça Allan Thiago Barbosa Arakaki, que seriam usufruídos no período de 21.11 a 3.12.2022, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 227, de 19 de outubro de 2016 (PGA nº 09.2022.00009309-4).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 5235/2022-PGJ, DE 26.10.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 9ª Promotora de Justiça de Campo Grande, Emy Louise Souza de Almeida Albertini, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 3ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 16 a 18.11.2022, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Fernando Jorge Manvailer Esgaib.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 5236/2022-PGJ, DE 26.10.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 65º Promotor de Justiça de Campo Grande, Bolivar Luis da Costa Vieira, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 66ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 30.11 a 2.12.2022, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Estéfano Rocha Rodrigues da Silva.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 5169/2022-PGJ, DE 20.10.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Lindomar Tiago Rodrigues 2 (dois) dias de compensação nos dias 19 e 20.10.2022, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada nos dias 30.6 e 3.8.2019, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 5164/2022-PGJ, DE 20.10.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Ricardo de Melo Alves 1 (um) dia de férias compensatórias no dia 1º.11.2022, referente ao feriado forense de 20.12.2020 a 6.1.2021, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 5165/2022-PGJ, DE 20.10.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Ricardo de Melo Alves 2 (dois) dias de compensação nos dias 3 e 4.11.2022, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada nos períodos de 16 a 23.11 e 23 a 30.11.2020, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4970/2022-PGJ, DE 5.10.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 22 (vinte e dois) dias de compensação de plantão ao Procurador de Justiça Sergio Luiz Morelli, que seriam usufruídos no período de 3 a 24.10.2022, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 227, de 19 de outubro de 2016 (PGA nº 09.2022.00009561-5).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 5237/2022-PGJ, DE 26.10.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 4º Promotor de Justiça de Campo Grande, Renzo Siufi, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 35ª Promotoria de Justiça da referida Comarca nos dias 10 e 11.11.2022, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Christiane de Alencar.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 5238/2022-PGJ, DE 26.10.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 6ª Promotora de Justiça de Campo Grande, Cristina Beraldo de Andrade, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 5ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 16 a 18.11.2022, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Paula da Silva Volpe.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 5168/2022-PGJ, DE 20.10.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Ricardo Rotunno 2 (dois) dias de compensação nos dias 10 e 11.11.2022, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada nos períodos de 8 a 15.6 e 24 a 31.8.2020, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 5167/2022-PGJ, DE 20.10.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 4652/2022-PGJ, de 16.9.2022, que concedeu à Promotora de Justiça Leticia Rossana Pereira Ferreira Berto de Almada 2 (dois) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, que seriam usufruídos nos dias 9 e 10.11.2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 5166/2022-PGJ, DE 20.10.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Paula da Silva Volpe 3 (três) dias de compensação no período de 16 a 18.11.2022, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada no período de 6 a 13.12.2021, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 5163/2022-PGJ, DE 20.10.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Eduardo de Araujo Portes Guedes 1 (um) dia de compensação no dia 7.10.2022, pelo exercício da atividade ministerial, em regime de mutirão, realizada no dia 18.11.2021, nos termos do artigo 2º, § 2º, da Resolução nº 23/2021-PGJ, de 23.6.2021; e tornar sem efeito a Portaria nº 5082/2022-PGJ, de 13.10.2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 5239/2022-PGJ, DE 26.10.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Cristiane Mourão Leal Santos, Assessora Especial do Procurador-Geral de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Centro de Pesquisa, Análise, Difusão e Segurança da Informação, CI, do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul no período de 1º a 4.11.2022, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Ricardo de Melo Alves.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 4993/2022-PGJ, DE 5.10.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 30 (trinta) dias de compensação de plantão ao Procurador de Justiça Mauri Valentim Riciotti, que seriam usufruídos nos períodos de 16 a 30.9.2022 e 24.10 a 7.11.2022, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 227, de 19 de outubro de 2016 (PGA nº 09.2022.00009342-8).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 5156/2022-PGJ, DE 19.10.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Helen Neves Dutra da Silva 5 (cinco) dias de férias compensatórias no período de 16 a 20.1.2023, referentes ao recesso forense de 22 a 31.1.2002 e ao feriado forense de 20.12.2005 a 6.1.2006, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 5157/2022-PGJ, DE 19.10.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Helen Neves Dutra da Silva 5 (cinco) dias de compensação no período de 23 a 27.1.2023, pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada nos períodos de 10 a 17.8.2020 e 21 a 28.6.2021, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 5144/2022-PGJ, DE 18.10.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Procurador de Justiça Rogerio Augusto Calabria de Araujo 1 (um) dia de férias compensatórias no dia 16.1.2023, referente ao recesso forense de 22 a 31.1.1998, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 5145/2022-PGJ, DE 18.10.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Procurador de Justiça Rogerio Augusto Calabria de Araujo 9 (nove) dias de compensação nos períodos de 9 a 13.1.2023 e 17 a 20.1.2023, pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada nos períodos de 13 a 20.4.2020, 15 a 22.3 e 17 a 24.5.2021, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 5147/2022-PGJ, DE 18.10.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar n° 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Marcus Vinicius Tieppo Rodrigues 1 (um) dia de compensação no dia 16.12.2022, pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada no período de 26.9 a 3.10.2022, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução n° 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 5146/2022-PGJ, DE 18.10.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar n° 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Christiane de Alencar 2 (dois) dias de compensação nos dias 10 e 11.11.2022, pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada no período de 26.9 a 3.10.2022, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução n° 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 4994/2022-PGJ, DE 5.10.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar n° 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 23 (vinte e três) dias de compensação de plantão ao Procurador de Justiça Olavo Monteiro Mascarenhas, que seriam usufruídos no período de 6 a 28.10.2022, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar n° 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar n° 227, de 19 de outubro de 2016 (PGA n° 09.2022.00009387-2).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° e-1228/2022-PGJ, DE 24.10.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar n° 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Rosana Suemi Fuzita Irikura, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar n° 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2021/2022	10	9 a 18.1.2023	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° e-1229/2022/PGJ, DE 24.10.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Aline Mendes Franco, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2022/2023	10	30.1 a 8.2.2023	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° e-1230/2022/PGJ, DE 24.10.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Estéfano Rocha Rodrigues da Silva, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2022/2023	10	9 a 18.1.2023	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° e-1231/2022/PGJ, DE 24.10.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder férias e a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Henrique Franco Cândia, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2022/2023	10	9 a 18.1.2023	ABONO	NÃO
2015/2016	4	13 a 16.3.2023	GOZO	NÃO
2016/2017	6	17 a 22.3.2023	GOZO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº e-1232/2022/PGJ, DE 24.10.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Christiane de Alencar, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2022/2023	10	27.1 a 5.2.2023	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-1233/2022/PGJ, DE 24.10.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Wilson Canci Junior, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2022/2023	10	13 a 22.1.2023	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-1234/2022/PGJ, DE 24.10.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Daniela Cristina Guiotti, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2022/2023	10	1 a 10.2.2023	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 5173/2022-PGJ, DE 20.10.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 130/PGJ/2022, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestor – Fabiano Alves Davy, Analista/Administração; 1.1) Suplente – Nádia de Moura Mattos Motta, Diretora da Secretaria de Administração; 2) Fiscal Administrativo – Jair Junqueira da Cunha, Técnico II; 2.1) Suplente – Elvys Tomas Bernal, Técnico I; 3) Fiscal Técnica – Thaís da Silva Rodrigues, Chefe do Departamento de Engenharia; 3.1) Suplente – Emanuely Martins Atanasio da Silva, Analista/Arquitetura (PGA nº 09.2022.00009395-0).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 5172/2022-PGJ, DE 20.10.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestoras e fiscais do Contrato nº 113/PGJ/2022, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora – Carolina Pontes Andreussi, Analista/Direito; 1.1) Suplente – Angela Rezende do Amarante, Chefe do Núcleo de Controle e Análise de Processos Administrativos; 2) Fiscal Administrativa – Kelly Cristina Mengual Vieira, Chefe do Departamento de Serviços Gerais; 2.1) Suplente – Natanaél Jacinto dos Santos, Auxiliar; 3) Fiscal Requisitante – Sandra de Campos, Auxiliar; 3.1) Suplente – Ariani Mortari Busaneli Vilharba, Técnica I (PGA nº 09.2022.00006305-6).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 5229/2022-PGJ, DE 25.10.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

CONSIDERANDO o Decreto nº 4.008, de 20 de setembro de 2022, da Prefeitura Municipal de Miranda, que estabeleceu como facultativo o ponto nas repartições públicas daquele município no dia 9.12.2022, em razão do feriado municipal no dia 8.12.2022 (Imaculada Conceição); e

CONSIDERANDO a decisão exarada na Portaria nº 215.010.082.0072/2022 do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul, que acompanhou o ponto facultativo municipal e autorizou o fechamento do fórum da comarca de Miranda no dia 9.12.2022,

R E S O L V E :

Declarar ponto facultativo o dia 9.12.2022, sexta-feira, no âmbito das Promotorias de Justiça de Miranda, excetuados os serviços que por sua natureza não permitam a paralisação.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 5184/2022-PGJ, DE 21.10.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 4048/2022-PGJ, de 10.8.2022, na parte que designou as gestoras do Contrato nº 98/PGJ/2022, de forma que, onde consta: “1) Gestora – Carolina Pontes Andreussi, Analista/Direito; 1.1) Suplente – Angela Rezende do Amarante, Chefe do Núcleo de Controle e Análise de Processos Administrativos”, passe a constar: “1) Gestora – Angela Rezende do Amarante, Chefe do Núcleo de Controle e Análise de Processos Administrativos; 1.1) Suplente – Carolina Pontes Andreussi, Analista/Direito” (PGA nº 09.2022.00004326-0).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 5148/2022-PGJ, DE 18.10.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a servidora Angela Rezende do Amarante, ocupante do cargo de Chefe do Núcleo de Controle e Análise de Processos Administrativos, símbolo MPDS-107, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, como gestora do Contrato nº 103/PGJ/2019, a partir de 29.3.2022; e revogar, a partir da referida data, a Portaria nº 2026/2020-PGJ, de 2.6.2020, na parte que designou a então servidora Fabiane Barbosa da Silva (Processo PGJ/10/3135/2019).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 0077/2022/AOP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

RESOLVE:

Delegar ao Promotor de Justiça Ricardo Rotunno, que oficia perante a 16ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados-MS, a quem o substituir ou a quem o suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Notícia de Fato nº 01.2022.00007499-7, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 13 de outubro de 2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 0078/2022/AOP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

RESOLVE:

Delegar ao Promotor de Justiça Paulo da Graça Riquelme de Macedo Júnior, que oficia perante a Promotoria de Justiça da comarca de Itaquiraí-MS, a quem o substituir ou a quem o suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Inquérito Civil nº 06.2022.00000981-8, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 14 de outubro de 2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 0079/2022/AOP/PGJ**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

RESOLVE:

Delegar ao Promotor de Justiça Thiago Barile Galvão de França, que oficia perante a Promotoria de Justiça da comarca de Pedro Gomes-MS, a quem o substituir ou a quem o suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Inquérito Civil nº 06.2022.00000808-5, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 14 de outubro de 2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 0080/2022/AOP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

RESOLVE:

Delegar ao Promotor de Justiça Thiago Barile Galvão de França, que oficia perante a Promotoria de Justiça da comarca de Pedro Gomes-MS, a quem o substituir ou a quem o suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Inquérito Civil nº 06.2022.00001125-7, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 18 de outubro de 2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 0082/2022/AOP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

RESOLVE:

Delegar ao Promotor de Justiça Ricardo Rotunno, que oficia perante a 16ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados-MS, a quem o substituir ou a quem o suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Notícia de Fato nº 01.2022.00007697-3, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 19 de outubro de 2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA****PORTARIA Nº e-1248/2022/PGJ, DE 26.10.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Eveline Nilce Crisostomo Ribeiro Flores, ocupante do cargo de Assessor de Procurador, símbolo MPAS-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 120 (cento e vinte) dias de licença maternidade, no período de 30.9.2022 a 27.1.2023, nos termos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.599, de 26 de dezembro de 2002, do artigo 58, § 2º, do Decreto Estadual nº 15.855, de 11 de janeiro de 2022, e dos artigos 11, inciso I, alínea “g”, 71 e 72, §§ 1º e 2º, da Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991, com a redação dada pela Lei Federal nº 8.647, de 13 de abril de 1993, e, ainda, dos artigos 93, 94, §§ 3º e 4º, 95 e 96 do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto Federal nº 3.048, de 6 de maio de 1999, com a redação dada pelos Decretos Federais nº 3.668, de 22 de novembro de 2000, e nº 4.682, de 21 de outubro de 2003, e 60 (sessenta) dias, em prorrogação, no período de 28.1 a 28.3.2023 nos termos dos artigos 1º, 2º, 4º, 6º e 7º da Resolução nº 1/2009-PGJ, de 14 de janeiro de 2009.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-1249/2022/PGJ, DE 26.10.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Ruth Dayana da Rosa Vera, ocupante do cargo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 1 (um) dia de licença para tratamento de saúde, no dia 30.9.2022, nos termos dos artigos 130, inciso I, 132 e 136 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, c/c os artigos 52 e 54, inciso II, do Decreto nº 15.855, de 11 de janeiro de 2022.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-1245/2022/PGJ, DE 26.10.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Carolina Pontes Andreussi, ocupante do cargo de Analista, símbolo MPAN-101, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 30 (trinta) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 19.9 a 18.10.2022, nos termos dos artigos 130, inciso I, 132 e 136 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, c/c os artigos 52 e 54, inciso II, do Decreto nº 15.855, de 11 de janeiro de 2022.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-1247/2022/PGJ, DE 26.10.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor Silvio Cesar Siravegna, ocupante do cargo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 1 (um) dia de licença para tratamento de saúde, no dia 16.9.2022, nos termos dos artigos 130, inciso I, 132 e 136 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, c/c os artigos 52 e 54, inciso I, do Decreto nº 15.855, de 11 de janeiro de 2022.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-1246/2022/PGJ, DE 26.10.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor Silvio Cesar Siravegna, ocupante do cargo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 1 (um) dia de licença para tratamento de saúde, no dia 19.9.2022, nos termos dos artigos 130, inciso I, 132 e 136 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, c/c os artigos 52 e 54, inciso I, do Decreto nº 15.855, de 11 de janeiro de 2022.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

CONSELHO SUPERIOR**AVISO Nº 73/2022/SCSMP**

A Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público, em cumprimento ao disposto no artigo 126 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, dá conhecimento aos interessados da existência da promoção de arquivamento dos autos abaixo relacionados, para que, no prazo de 10 (dez) dias querendo, apresentem razões escritas, peças informativas ou documentos que serão a estes juntados:

1) Inquérito Civil nº 06.2016.00000796-6 - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Aquidauana - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Cláudio Cesar Souza, Luiz Carlos Cesar da Costa e Marlon Augusto Luft - Assunto: Apurar possível dano ambiental causado por Cláudio César Souza, que fez funcionar, sem licenciamento ambiental, carvoaria, localizada na Fazenda Nossa Senhora de Fátima, na zona rural do Município de Aquidauana/MS, atuais proprietários - Luiz Carlos Cesar da Costa e Marlon Augusto Luft.

2) Inquérito Civil nº 06.2017.00001606-9 - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Espólio de Renato Alves Ribeiro, Fazenda Joaçaba - Assunto: Apurar a ocorrência de irregularidades ambientais consistentes em instalar ou fazer funcionar, em qualquer parte do território nacional, estabelecimentos, obras ou serviços potencialmente poluidores, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, ou contrariando as normas legais e regulamentares pertinentes, na Fazenda Joaçaba, situada no município de Bodoquena/MS. **Advogado: Marcelo Fernandes de Carvalho, OAB/MS nº 8.547.**

3) Inquérito Civil nº 06.2018.00000318-9 - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Espólio de Renato Alves Riberiro - Assunto: Inquérito Civil nº 019/2016-Apurar a ocorrência de irregularidades ambientais consistentes em suprimir área de vegetação nativa, em desacordo com a autorização/licença do órgão ambiental competente, na Fazenda Joaçaba, situada no município de Bodoquena/MS. (IC nº 19/2016, migrado para o sistema SAJMP). **Advogado: Marcelo Fernandes de Carvalho, OAB/MS nº 8.547.**

4) Inquérito Civil nº 06.2018.00001596-3 - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Mitsuyoshi Tsuji e Outra - Assunto: Apurar dano ambiental causado no imóvel fazenda Água Marinha de propriedade de Mitsuyoshi Tsuji e Outra, as margens do Rio Apa.

5) Inquérito Civil nº 06.2018.00002255-3 - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Aquidauana - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Osvaldo Benedito Gonçalves - Assunto: Apurar desmatamento irregular de área de 89,15ha no imóvel rural denominado Fazenda Anhumas, de propriedade de Osvaldo Benedito



Gonçalves, localizada no Município de Aquidauana/MS.

6) Inquérito Civil nº 06.2018.00003311-7 - 2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Aquidauana - Requerentes: Ministério Público Estadual e Wezer Lucarelli - Requeridos: Fauzi Muhamad Abdul Hamid Suleiman e Marielce da Silva Balta - Assunto: Apurar denúncia de que o Prefeito Fauzi Suleiman adquiriu um automóvel S10 Branca, placa HTJ-9556, que estava em nome de terceira pessoa, que presta serviços para o município de Aquidauana e que estaria sendo pago com dinheiro público, repassado pelo município para a empresa de propriedade da referida pessoa. (IC nº 05/2011, migrado para o sistema SAJMP).

7) Inquérito Civil nº 06.2020.00000058-5 - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Miranda - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar eventual irregularidade no recebimento de diária por servidores públicos municipais de Bodoquena/MS.

8) Inquérito Civil nº 06.2020.00001269-2 - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Paranaíba - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Iracy de Freitas Leal - Assunto: Apurar eventual dano ambiental na fazenda Barreiro de Cima, localizada neste Município.

9) Inquérito Civil nº 06.2021.00000218-7 (Sigiloso) - 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Três Lagoas.

10) Inquérito Civil nº 06.2021.00000268-7 - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Estado de Mato Grosso do Sul e o Município de Campo Grande - Assunto: Acompanhar o retorno das aulas presenciais para o ano letivo de 2021 nas escolas municipais desta capital.

11) Inquérito Civil nº 06.2021.00000528-4 - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Angélica - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Valdenir Aparecido Souza - Assunto: Caracterizar a vegetação nativa referente as áreas de Reserva Legal e Áreas de Preservação Permanente, na fazenda Nossa Senhora Aparecida, no município de Angélica/MS, conforme Parecer nº 064/2020 CEIPPAM/LASANGE-UEMS (Programa SOS Rios Projeto Córrego Engano).

12) Inquérito Civil nº 06.2021.00000532-9 - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Terenos - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar possível dano ambiental decorrente de omissão da Administração Municipal na gestão de via pública na área rural.

13) Inquérito Civil nº 06.2021.00000593-0 - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Pedro Gomes - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar possível funcionamento de estabelecimento potencialmente poluidor sem licença do órgão ambiental competente Autoposto Bonanza, situado na Rua Bahia, 148", cujo requerido é Tiago Rodrigues Almeida."

14) Inquérito Civil nº 06.2021.00000612-8 - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Angélica - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Suely Aparecida Cazarotto - Assunto: Apurar a ausência da declaração de Reserva Legal e eventual área de preservação permanente no Cadastro Rural, na Estância Celeste, em Angélica/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer nº 063/2020 CEIPPAM/LASANGE-UEMS (Programa SOS RIOS: Projeto Córrego Engano).

15) Inquérito Civil nº 06.2021.00000786-0 - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Porto Murtinho - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Cesar R. Jimenez - ME e o município de Porto Murtinho - Assunto: Apurar eventuais irregularidades na execução do contrato administrativo de prestação de serviço de vigilância, celebrado entre César R. Jimenez - ME e o Município de Porto Murtinho.

16) Inquérito Civil nº 06.2021.00001425-0 - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Paranaíba - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Zita Faustino Dias - Assunto: Apurar desmatamento de 5,0 hectares em área de Vegetação nativa na fazenda Espicho Couro, em Paranaíba, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Auto de infração nº 6019.

17) Procedimento Preparatório nº 06.2022.00000277-0 (Sigiloso) - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Paranaíba.

18) Inquérito Civil nº 06.2022.00000472-3 - 26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar a ocorrência do desmate irregular de 1,31 hectares de vegetação nativa na Fazenda Santa Maria, CARMS nº 0006407, objeto do Auto de Infração nº 2807, emitido pelo IMASUL.

Campo Grande, 26 de outubro de 2022.

MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO
Procuradora de Justiça
Secretária do Conselho Superior do MP

**ESCOLA SUPERIOR****AVISO Nº 2/2022-ESMP-MS**

A Escola Superior do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, ESMP-MS, COMUNICA que, durante a programação do XII Congresso Estadual do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, haverá divulgação das obras constantes na página <https://escola.mpms.mp.br/livros>, na qual são publicadas informações sobre as produções bibliográficas dos membros e servidores da instituição. Os interessados em divulgar suas obras na referida plataforma deverão encaminhar ao e-mail escoladomp@mpms.mp.br, até o dia 30/11/2022, mensagem contendo os seguintes itens: título da obra, nome do(s) autor(es), editora, edição e ano da publicação, imagem da capa ou de identificação da obra, e, se houver, *link* de *site* para mais informações.

Campo Grande, 25 de outubro de 2022.

FABIO IANNI GOLDFINGER
Diretor-Geral da ESMP-MS

COORDENADORIA DE LICITAÇÕES**EXTRATO DE SANÇÃO ADMINISTRATIVA**

Processo nº 09.2022.00006740-8

Interessada: Comercial K & D Ltda.

Comercial K & D Ltda., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 17.182.696/0001-17, fica intimada da aplicação da sanção de impedimento de licitar e contratar com o Estado de Mato Grosso do Sul, pelo prazo de 4 (quatro) meses, tendo em vista o contido nos autos do Processo Administrativo nº 09.2021.00005742-8 (Pregão Eletrônico nº 07/PGJ/2022). A interessada poderá recorrer no prazo de 05 (cinco) dias úteis em face da Decisão supra, contados da publicação deste extrato (art. 109, inciso I, alínea “f”, da Lei nº 8.666/93). Esclarece-se, por fim, que os autos nº 09.2022.00006740-8 encontram-se à disposição para vistas da empresa ou do procurador devidamente constituído, na Coordenadoria de Licitações da Procuradoria-Geral de Justiça, situada na Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, 214, Bairro Jardim Veraneio, Campo Grande/MS, telefone (67) 3318-2145, no horário de expediente das 12h às 19h, **pelo prazo de 5 (cinco) dias úteis**, contados desta publicação.

Campo Grande, 26 de outubro de 2022.

BIANKA KARINA BARROS DA COSTA
Promotora de Justiça e Secretária-Geral do MP/MS
Ordenadora de Despesa

**EXTRATO DE SANÇÃO ADMINISTRATIVA****Processo nº 09.2022.00006740-8****Interessada: Nacional Comércio de Embalagens Eireli**

Nacional Comércio de Embalagens Eireli, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 02.741.293/0001-93, fica intimada da aplicação da sanção de **advertência**, tendo em vista o contido nos autos do Processo Administrativo nº 09.2021.00005742-8 (Pregão Eletrônico nº 07/PGJ/2022). A interessada poderá recorrer no prazo de 05 (cinco) dias úteis em face da Decisão supra, contados da publicação deste extrato (art. 109, inciso I, alínea “F”, da Lei nº 8.666/93). Esclarece-se, por fim, que os autos nº 09.2022.00006740-8 encontram-se à disposição para vistas da empresa ou do procurador devidamente constituído, na Coordenadoria de Licitações da Procuradoria-Geral de Justiça, situada na Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, 214, Bairro Jardim Veraneio, Campo Grande/MS, telefone (67) 3318-2145, no horário de expediente das 12h às 19h, **pelo prazo de 5 (cinco) dias úteis**, contados desta publicação.

Campo Grande, 26 de outubro de 2022.

BIANKA KARINA BARROS DA COSTA

Promotora de Justiça e Secretária-Geral do MP/MS

Ordenadora de Despesa

EXTRATO DE SANÇÃO ADMINISTRATIVA**Processo nº 09.2022.00006740-8****Interessada: WM Solutions Comércio Atacadista Ltda.**

WM Solutions Comércio Atacadista Ltda., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 40.660.759/0001-15, fica intimada da aplicação da sanção de **advertência**, tendo em vista o contido nos autos do Processo Administrativo nº 09.2021.00005742-8 (Pregão Eletrônico nº 07/PGJ/2022). A interessada poderá recorrer no prazo de 05 (cinco) dias úteis em face da Decisão supra, contados da publicação deste extrato (art. 109, inciso I, alínea “F”, da Lei nº 8.666/93). Esclarece-se, por fim, que os autos nº 09.2022.00006740-8 encontram-se à disposição para vistas da empresa ou do procurador devidamente constituído, na Coordenadoria de Licitações da Procuradoria-Geral de Justiça, situada na Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, 214, Bairro Jardim Veraneio, Campo Grande/MS, telefone (67) 3318-2145, no horário de expediente das 12h às 19h, **pelo prazo de 5 (cinco) dias úteis**, contados desta publicação.

Campo Grande, 26 de outubro de 2022.

BIANKA KARINA BARROS DA COSTA

Promotora de Justiça e Secretária-Geral do MP/MS

Ordenadora de Despesa

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2022NE000581 DE 24.10.2022 DO PROCESSO Nº 09.2022.00009989-9**

Unidade Gestora: Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público.

Ordenadora de despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Credor: Velti Sistemas e Equipamentos LTDA.

Procedimento licitatório: Ata de Registro de Preços 28/PGJ/2021 - Pregão Eletrônico nº 1/PGJ/2021.

Objeto: Aquisição de controlador de acesso, fechadura eletromagnética, *frame button* (botoeira) e *kit nobreak*, para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor: R\$ 17.238,00 (dezessete mil duzentos e trinta e oito reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2022NE000581 de 24.10.2022.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/1993.

**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2022NE004985 DE 24.10.2022 DO PROCESSO Nº 09.2022.00010359-8**

Unidade Gestora: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Ordenadora de Despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Credor: Diluz Comércio de Materiais Elétricos LTDA.

Procedimento licitatório: Ata de Registro de Preços nº 30/PGJ/2021 - Pregão Eletrônico nº 22/PGJ/2021.

Objeto: Aquisição de materiais elétricos (passa fio, plugs, refletores, tomadas, etc), para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor: R\$ 3.329,50 (três mil trezentos e vinte e nove reais e cinquenta centavos), nos termos da Nota de Empenho nº 2022NE004985 de 24.10.2022.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/1993.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2022NE005028 DE 25.10.2022 DO PROCESSO 09.2022.00010529-6

Unidade Gestora: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Ordenadora de Despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Credor: Youssif Amim Youssif.

Procedimento licitatório: Ata de Registro de Preços 25/PGJ/2022 - Pregão Eletrônico nº 13/PGJ/2022.

Objeto: Aquisição de material de copa e cozinha, para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor: R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2022NE005028 de 25.10.2022.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/1993.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2022NE005029 DE 25.10.2022 DO PROCESSO Nº 09.2022.00010530-8

Unidade Gestora: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Ordenadora de Despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Credor: Nacional Comércio de Embalagens Eireli.

Procedimento licitatório: Ata de Registro de Preços nº 24/PGJ/2022 - Pregão Eletrônico nº 07/PGJ/2022.

Objeto: Aquisição de materiais de expediente para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor: R\$ 3.240,00 (três mil duzentos e quarenta reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2022NE005029 de 25.10.2022.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/1993.

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 80/PGJ/2020

Processo nº PGJ/10/4580/2019

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;

2- **MCD CONSTRUTORA LTDA**, representada por **Renato Hallal Dahdah**.

Procedimento licitatório: Concorrência nº 1/CPL/PGJ/2020.

Amparo legal: Artigo 57, §1º, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Objeto: Prorrogação do prazo de execução, por mais 4 (quatro) meses, e a prorrogação da vigência contratual, por mais 4 (quatro) meses.

Valor total: R\$ 1.138.416,93 (um milhão cento e trinta e oito mil quatrocentos e dezesseis reais e noventa e três centavos).

Vigência: 21.10.2022 a 1º.5.2023.

Data de assinatura: 21 de outubro de 2022.



EXTRATO DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE MPMS E SANESUL

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representando por seu Procurador-Geral de Justiça, **Alexandre Magno Benites de Lacerda**;

2- **EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A. – SANESUL**, representada por sua Diretora Presidente, **Marta Ferreira Rocha**, e por seu Diretor Comercial e de Operações, **Onofre Assis de Souza**.

Processo nº 09.2022.00010700-6.

Amparo legal: Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações.

Objeto: Acesso, pelo MPMS, à base de dados da Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S.A., sem ônus para o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Vigência: 03.10.2022 a 03.10.2024.

Data da assinatura: 3 de outubro de 2022.

EXTRATO DE NOTIFICAÇÃO

Processo de Gestão Administrativa nº 09.2022.00004791-2

Notificada: Julean Decorações Ltda

JULEAN DECORAÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº 10.525.127/0001-88, sediada na Avenida Olavo Bilac, nº 150, loja 02, Bairro Cerâmica, CEP nº 36.080-350, na cidade de Juiz de Fora/MG, representada neste ato por Ângela Euzébio Fernandes, portadora da Carteira Nacional de Habilitação nº 057xxxxxx30 DETRAN/MG e do CPF nº 033.xxx.xxx-94, fica notificada a adimplir, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, o valor de R\$ 3.779,64 (três mil setecentos e setenta e nove reais e sessenta e quatro centavos), em decorrência da aplicação da sanção de multa por inexecução total do objeto no importe de 30% (trinta por cento) sobre o valor global do contrato (item 9.1.4, da cláusula nona do Contrato nº 92/PGJ/2022), na seguinte conta bancária: (001) Banco do Brasil; Agência 2576-3; Conta Corrente 50.120-4; CNPJ 03.464.870/0001-00 – Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público; preenchendo-se o campo nº 2 de identificação com o CNPJ da empresa e o campo nº 3 com o nome da empresa. Havendo interesse na obtenção de cópia reprográfica ou digital do processo administrativo vinculado ao instrumento contratual, deverão ser atendidas as disposições da Ordem de Serviço nº 01/2022-PGJ, de 21 de fevereiro de 2022, disponível em <https://www.mpms.mp.br/atos-e-normas/download/61147>. Os autos terão continuidade independentemente do comparecimento ou manifestação da Contratada, assegurando-se o contraditório e ampla defesa. Eventuais dúvidas poderão ser dirimidas na Secretaria de Administração do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, com sede na Procuradoria-Geral de Justiça, Rua Presidente Manuel de Campos Salles, 214, Bairro Jardim Veraneio, Campo Grande/MS, telefone (67) 3318-8913, no horário de expediente das 12h às 19h. Nada mais.

EXTRATO DE NOTIFICAÇÃO

Processo de Gestão Administrativa nº 09.2022.00001912-7

Notificada: M Giroldo Decora Ltda

M GIROLDO DECORA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº 18.900.026/0001-51, sediada na Avenida Presidente Getúlio Vargas, nº 2.739, Centro, CEP 87.120-000, na cidade de Floresta/PR, representada neste ato por João Carlos Guerra, portador da Cédula de Identidade RG nº 2xxxxxx6 SSP/PR e do CPF nº 517.xxx.xxx-20, fica notificada da aplicação da sanção de multa moratória de 10% (dez por cento) do valor global do contrato (item 9.1.2., da cláusula nona, do Contrato nº 25/PGJ/2022). A empresa poderá recorrer no prazo de 5 (cinco) dias úteis (art. 109, inciso I, alínea “f”, e §§ 1º e 4º do mesmo artigo, da Lei nº 8.666/93). A empresa deverá adimplir o valor total da multa de R\$ 1.488,82 (um mil quatrocentos e oitenta e oito reais e oitenta e dois centavos) no prazo de 15 (cinco) dias corridos, sob pena de inscrição em dívida ativa e cobrança judicial, na seguinte conta bancária: (001) Banco do Brasil; Agência 2576-3; Conta Corrente 50.120-4; CNPJ 03.464.870/0001-00 – Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público; preenchendo-se o campo nº 2 de identificação com o CNPJ da empresa e o campo nº 3 com o nome da empresa. Decorrido o prazo sem que haja oferecimento de recurso e pagamento da multa será providenciada a inscrição das penalidades no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), com respaldo na Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018. Havendo interesse na obtenção de cópia reprográfica ou digital do processo administrativo vinculado ao instrumento contratual, deverão ser atendidas as disposições da Ordem de Serviço nº 01/2022-PGJ, de 21 de fevereiro de 2022, disponível em <https://www.mpms.mp.br/atos-e-normas/download/61147>. Os autos terão continuidade independentemente do comparecimento ou manifestação da Contratada, assegurando-se o contraditório e ampla defesa. Eventuais dúvidas poderão ser dirimidas na Secretaria de Administração do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, com sede na Procuradoria-Geral de Justiça, Rua Presidente Manuel de Campos Salles, 214, Bairro Jardim Veraneio, Campo Grande/MS, telefone (67) 3318-8913, no horário de expediente das 12h às 19h. Nada mais.

**EXTRATO DE NOTIFICAÇÃO**

Processo de Gestão Administrativa nº 09.2022.00004840-0

Notificada: M Giroldo Decora Ltda

M GIROLDO DECORA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº 18.900.026/0001-51, sediada na Avenida Presidente Getúlio Vargas, nº 2.739, Centro, CEP 87.120-000, na cidade de Floresta/PR, representada neste ato por João Carlos Guerra, portador da Cédula de Identidade RG nº 2xxxxxx6 SSP/PR e do CPF nº 517.xxx.xxx-20, fica notificada da rescisão unilateral do Contrato nº 078/PGJ/2022 (Cláusula Décima, item 10.2. e artigos 66 e 78, ambos da Lei nº 8.666/1993) e da aplicação da sanção de multa moratória de 30% (trinta por cento) do valor global do contrato (Cláusula Nona, item 9.1.4 do Contrato nº 78/PGJ/2022.). A empresa poderá recorrer no prazo de 5 (cinco) dias úteis (art. 109, inciso I, alíneas “e” e “f”, da Lei nº 8.666/93). A empresa deverá adimplir o valor total da multa de R\$ 524,86 (quinhentos e vinte e quatro reais e oitenta e seis centavos) no prazo de 5 (cinco) dias úteis, na seguinte conta bancária: (001) Banco do Brasil; Agência 2576-3; Conta Corrente 50.120-4; CNPJ 03.464.870/0001-00 – Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público; preenchendo-se o campo nº 2 de identificação com o CNPJ da empresa e o campo nº 3 com o nome da empresa. Decorrido o prazo sem que haja oferecimento de recurso e pagamento da multa será providenciada a inscrição das penalidades no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), com respaldo na Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018. Havendo interesse na obtenção de cópia reprográfica ou digital do processo administrativo vinculado ao instrumento contratual, deverão ser atendidas as disposições da Ordem de Serviço nº 01/2022-PGJ, de 21 de fevereiro de 2022, disponível em <https://www.mpms.mp.br/atos-e-normas/download/61147>. Os autos terão continuidade independentemente do comparecimento ou manifestação da Contratada, assegurando-se o contraditório e ampla defesa. Eventuais dúvidas poderão ser dirimidas na Secretaria de Administração do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, com sede na Procuradoria-Geral de Justiça, Rua Presidente Manuel de Campos Salles, 214, Bairro Jardim Veraneio, Campo Grande/MS, telefone (67) 3318-8913, no horário de expediente das 12h às 19h. Nada mais.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CAMPO GRANDE****EDITAL N. 047/2022/46PJ/CGR**

A 46ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: www.mpms.mp.br.

Inquérito Civil n. 06.2022.00001183-5

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande-MS

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção da Escola Municipal Consulesa Maksoud Trad visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

Campo Grande, 24 de outubro de 2022.

PAULO HENRIQUE CAMARGO IUNES

Promotor de Justiça

**EDITAL N. 048/2022/46PJ/CGR**

A 46ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: www.mpms.mp.br.

Inquérito Civil n. 06.2022.00001169-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande-MS

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção da Escola Municipal João Evangelista Vieira de Almeida visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

Campo Grande, 24 de outubro de 2022.

PAULO HENRIQUE CAMARGO IUNES

Promotor de Justiça

EDITAL N. 049/2022/46PJ/CGR

A 46ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: www.mpms.mp.br.

Inquérito Civil n. 06.2022.00001157-9

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande-MS

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção da Escola Municipal Professor Luís Antônio de Sá Carvalho visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

Campo Grande, 24 de outubro de 2022.

PAULO HENRIQUE CAMARGO IUNES

Promotor de Justiça

EDITAL N. 050/2022/46PJ/CGR

A 46ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: www.mpms.mp.br.

Inquérito Civil n. 06.2022.00001140-2

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande-MS

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção da EMEI Profº Osvaldo Maciel de Oliveira visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

Campo Grande, 24 de outubro de 2022.

PAULO HENRIQUE CAMARGO IUNES

Promotor de Justiça

**EDITAL N. 051/2022/46PJ/CGR**

A 46ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: www.mpms.mp.br.

Inquérito Civil n. 06.2022.00001123-5

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande-MS

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção da EMEI Lúcia Ângela de Castro visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

Campo Grande, 24 de outubro de 2022.

PAULO HENRIQUE CAMARGO IUNES

Promotor de Justiça

EDITAL N. 052/2022/46PJ/CGR

A 46ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: www.mpms.mp.br.

Inquérito Civil n. 06.2022.00001121-3

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande-MS

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção da Escola Municipal Profª Oneida Ramos visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

Campo Grande, 24 de outubro de 2022.

PAULO HENRIQUE CAMARGO IUNES

Promotor de Justiça

EDITAL N. 053/2022/46PJ/CGR

A 46ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: www.mpms.mp.br.

Inquérito Civil n. 06.2022.00001188-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Escola Carrossel Educamp

Assunto: Averiguar a regularidade documental da Escola Carrossel Educamp.

Campo Grande, 24 de outubro de 2022.

PAULO HENRIQUE CAMARGO IUNES

Promotor de Justiça



TRÊS LAGOAS

EDITAL N. 0004/2022/04PJ/TLS

A 4ª Promotoria de Justiça da Comarca de Três Lagoas/MS torna pública a instauração do IC - Inquérito Civil abaixo especificado. Referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

IC - Inquérito Civil 06.2022.00001203-4

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Três Lagoas/MS

Assunto: Apurar e empreender medidas colaborativas para reverter as irregularidades constatadas na Unidade de Saúde da Família - Jardim Maristela, conforme Relatório de Inspeção nº 29/2021 do Departamento Vigilância Sanitária da Secretaria Municipal de Saúde de Três Lagoas-MS".

Com a publicação, faculta-se a qualquer pessoa prestar informações para esclarecimento dos fatos.

Três Lagoas/MS, 24 de outubro de 2022.

ETEOCLES BRITO MENDONÇA DIAS JUNIOR

Promotor de Justiça

COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

AMAMBAI

EDITAL Nº 0004/2022/01PJ/CRNS

A Promotoria de Justiça de Coronel Sapucaia, torna pública a instauração de Inquérito Civil, abaixo especificado, que se encontra à disposição na Avenida Pedro Manvailler, 4601, Centro, Cep 79990-000, Amambai (MS) e no sítio eletrônico do Ministério Público Estadual, endereço www.mpms.mp.br.

Inquérito Civil: 06.2022.00001013-6

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: João Xavier Filho

Objeto: Apurar dano ambiental na propriedade rural denominada Potreiro Oculto, município de Coronel Sapucaia.

Amambai (MS), 24 de outubro de 2022.

THIAGO BARBOSA DA SILVA

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0005/2022/01PJ/CRNS

A Promotoria de Justiça de Coronel Sapucaia, torna pública a instauração de Inquérito Civil, abaixo especificado, que se encontra à disposição na Avenida Pedro Manvailler, 4601, Centro, Cep 79990-000, Amambai (MS) e no sítio eletrônico do Ministério Público Estadual, endereço www.mpms.mp.br.

Inquérito Civil: 06.2022.00000884-1

Requerente: Promotor(a) da 19ª Zona Eleitoral de Ponta Porã

Requerido: A Apurar

Objeto: Análise dos desdobramentos dos fatos apurados no IP 2020.0016478-DPF/PPA/MS, atinentes às atividades da Secretaria Municipal de Assistência Social de Coronel Sapucaia de fornecimento de cestas básicas.

Amambai (MS), 25 de outubro de 2022.

THIAGO BARBOSA DA SILVA

Promotor de Justiça em substituição legal

**EDITAL Nº 0001/2022/GACEP/AMB**

A Promotoria do Controle Externo da Atividade Policial da comarca de Amambai - MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições nº 09.2022.00010402-0, abaixo especificado, que se encontra à disposição na Avenida Pedro Manvailer, 4.601, centro, nesta cidade e no sítio eletrônico do Ministério Público Estadual no endereço www.mpms.mp.br.

Procedimento Administrativo n. 09.2022.00010402-0

Requerente: Ministério Público Estadual.

Fiscalizado: Delegacia de Polícia Civil de Amambai.

Assunto: Controle externo concentrado na Delegacia de Polícia Civil de Amambai/MS e confecção de relatórios concernentes ao:

A) 2º Semestre (dezembro) 2022 – Período de abrangência de 01/01/2022 a 30/06/2022 (visita nos meses de outubro ou novembro de 2022);

B) 1º Semestre (junho) 2023 – Período de abrangência de 31/07/2022 a 31/12/2022 (visita nos meses de abril ou maio de 2023).

Amambai/MS, 24 de outubro de 2022.

NARA MENDES DOS SANTOS FERNANDES

Promotora de Justiça

EDITAL Nº 0002/2022/GACEP/AMB

A Promotoria do Controle Externo da Atividade Policial da comarca de Amambai - MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições nº 09.2022.00010403-1, abaixo especificado, que se encontra à disposição na Avenida Pedro Manvailer, 4.601, centro, nesta cidade e no sítio eletrônico do Ministério Público Estadual no endereço www.mpms.mp.br.

Procedimento Administrativo n. 09.2022.00010403-1

Requerente: Ministério Público Estadual.

Fiscalizado: 3ª Companhia Independente de Polícia Militar de Amambai.

Assunto: Controle externo concentrado na 3ª Companhia Independente de Polícia Militar de Amambai (MS) e confecção de relatórios concernentes ao:

A) 2º Semestre (dezembro) 2022 – Período de abrangência de 01/01/2022 a 30/06/2022 (visita nos meses de outubro ou novembro de 2022);

B) 1º Semestre (junho) 2023 – Período de abrangência de 31/07/2022 a 31/12/2022 (visita nos meses de abril ou maio de 2023).

Amambai/MS, 24 de outubro de 2022.

NARA MENDES DOS SANTOS FERNANDES

Promotora de Justiça

BELA VISTA

EDITAL Nº 0013/2022/PJ/BVT

A Promotoria de Justiça da Comarca de Bela Vista/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC que está à disposição de quem possa interessar na Rua Eduardo Peixoto, 1541, Centro, Bela Vista-MS - CEP 79260-000 Telefone: (67) 3439-1991, Bela Vista/MS.

E ainda no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC nº 09.2022.00010356-5

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: Celso Luiz Grande

Assunto: Acompanhar Termo de Ajustamento de Conduta firmado nos autos do Inquérito Civil n. 06.2018.00001586-3.

Bela Vista/MS, 24/10/2022

WILLIAM MARRA SILVA JÚNIOR

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0014/2022/PJ/BVT**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Bela Vista/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC que está à disposição de quem possa interessar na Rua Eduardo Peixoto, 1541, Centro, Bela Vista-MS - CEP 79260-000 Telefone: (67) 3439-1991, Bela Vista/MS.

E ainda no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC nº 09.2022.00010620-7

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: Companhia Agropecuária Matra

Assunto: Acompanhar Termo de Ajustamento de Conduta firmado nos autos do Inquérito Civil n. 06.2018.00001605-1

Bela Vista/MS, 24/10/2022

WILLIAM MARRA SILVA JÚNIOR

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0015/2022/PJ/BVT

A Promotoria de Justiça da Comarca de Bela Vista/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC que está à disposição de quem possa interessar na Rua Eduardo Peixoto, 1541, Centro, Bela Vista-MS - CEP 79260-000 Telefone: (67) 3439-1991, Bela Vista/MS.

E ainda no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC nº 09.2022.00010615-1

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: Keiji Tsuji

Assunto: Acompanhar Termo de Ajustamento de Conduta firmado nos autos do Inquérito Civil n. 06.2018.00001596-3

Bela Vista/MS, 24/10/2022

WILLIAM MARRA SILVA JÚNIOR

Promotor de Justiça

EXTRATO: TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**Inquérito Civil 06.2018.00001605-1**

COMPROMITENTE: Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul, por meio da Promotoria de Justiça do Meio Ambiente de Bela Vista-MS.

COMPROMISSÁRIO: Companhia Agropecuária Matra - Fazenda Ipanema

OBJETO DO INQUÉRITO CIVIL

O presente Termo de Ajustamento de Conduta é decorrente do Inquérito Civil nº 06.2018.00001605-1, instaurado pela Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Bela Vista/MS, tendo por objeto “Apurar dano ambiental causado no imóvel Fazenda Ipanema de propriedade da Companhia Agropecuária Matra, as margens do Rio Apa”.

DAS OBRIGAÇÕES

CLÁUSULA PRIMEIRA: A COMPROMISSÁRIA informa neste ato que o imóvel mencionado no Título II encontra-se devidamente inscrito no Cadastro Ambiental Rural com o seguinte número: CARMS0007512.



CLÁUSULA SEGUNDA: Para a preservação e recuperação das áreas degradadas, sendo elas: a) Área de Preservação Permanente do Rio Apa (0,2395 hectares); b) Área de Preservação Permanente do Córrego Taquaruçu (0,0036 hectares); c) Várzea (55,8975 hectares); d) Reserva Legal (54,0800 hectares), a compromissária, independentemente do cumprimento das exigências do órgão ambiental, adotará as seguintes providências:

A) promoverá, no prazo 02 (dois) anos, a contar da assinatura deste TAC, o isolamento das áreas de preservação permanente (APP's) e áreas de uso restrito na(s) parte(s) em que necessite de recuperação, mediante instalação de cerca, objetivando garantir sua regeneração natural, bem como prevenindo que a regeneração mediante plantio ou reflorestamento, entre outras, não seja prejudicada pela ação antrópica ou de animais de criação (bovinos, caprinos, equinos, etc.), a ser instalada nas seguintes metragens previstas no art. 4º, da Lei Federal n. 12.651/2012. Caso alguma (as) da (s) área (s) acima mencionada (s) já esteja recuperada e preservada, deverá ser apresentado laudo técnico com Art demonstrando a desnecessidade de apresentação de PRADA para a área em específico.

B) promoverá a regularização da benfeitoria (Barragem) licenciando-a junto ao órgão ambiental competente, conforme estabelecido na Resolução SEMADE n. 09/2015.

Parágrafo primeiro. No caso desta cláusula, a presença de animais de criação (bovinos, caprinos, equinos, etc.) ou desenvolvimento de atividades agrícolas, no interior do perímetro da reserva legal e/ou da área de preservação permanente, após o prazo para cercamento configurará descumprimento deste Termo de Ajustamento de Conduta, sancionando-se com a multa prevista neste instrumento.

Parágrafo segundo. A compromissária compromete-se a não roçar as áreas previstas nesta cláusula (salvo nos casos de roçadas localizadas para desenvolvimento de plantio de mudas visando à recuperação), bem como não efetuar plantio de espécies agrícolas.

Parágrafo terceiro. A comprovação do cercamento será efetuada mediante relatório escrito e fotográfico atestando tal fato, assinado pelo técnico contratado, em conjunto com o compromissário, acompanhado da respectiva ART (Recomendação n.º 03/2017/CGMP/MS), podendo tal situação ser fiscalizada pela Promotoria de Justiça diretamente ou por meio de requisição a outro órgão, sendo que, caso seja considerada a inverdade do conteúdo do relatório, total ou parcialmente, além da incidência da multa prevista neste TAC, haverá também a responsabilização criminal por falsidade e representação ao órgão de classe respectivo.

Parágrafo quarto. A fiscalização do cumprimento do PRADA e da recuperação das áreas será feita pelo órgão ambiental competente, que receberá ofício do Ministério Público solicitando que informe caso haja descumprimento, para fins de execução do TAC. Esta previsão não impede que o Ministério Público requirite de qualquer órgão ou entidade a fiscalização do cumprimento deste Ajustamento de Conduta.

Parágrafo quinto. As atividades previstas no PRADA, no PRA e no Termo de Compromisso firmado com o órgão ambiental, bem como seu cronograma, passarão a fazer parte deste TAC, sendo que seu não cumprimento ensejará as multas e penalidades previstas neste instrumento.

Bela Vista-MS, 24 de outubro de 2022.

WILLIAM MARRA SILVA JÚNIOR
Promotor de Justiça

EXTRATO: TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

Inquérito Civil 06.2018.00001596-3

COMPROMITENTE: Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul, por meio da Promotoria de Justiça do Meio Ambiente de Bela Vista-MS.

COMPROMISSÁRIO: Keiji Tsuji - Fazenda Água Marinha



OBJETO DO INQUÉRITO CIVIL

O presente Termo de Ajustamento de Conduta é decorrente do Inquérito Civil nº 06.2018.00001586-3, instaurado pela Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Bela Vista/MS, tendo por objeto “apurar dano ambiental causado no imóvel Fazenda Ipê – Parte de propriedade de Celso Luiz Grande, as margens do Rio Apa”.

DAS OBRIGAÇÕES

CLÁUSULA PRIMEIRA: O compromissário informa neste ato que o imóvel mencionado no Título II encontra-se devidamente inscrito no Cadastro Ambiental Rural com o seguinte número: CARMS5002803.

CLÁUSULA SEGUNDA: Para a recuperação das áreas degradadas, sendo elas: a) área de preservação permanente do Rio Apa (0,1365 hectares), o compromissário, independentemente do cumprimento das exigências do órgão ambiental, adotará as seguintes providências:

A) apresentará um PRADA – Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas e Alteradas, no prazo de 120 dias, sendo que, caso haja arquivamento ou não aprovação do projeto por qualquer motivo, deverá reiniciá-lo em 60 (sessenta) dias, sob pena de aplicação da multa prevista neste TAC. O PRADA deverá apresentar as atividades necessárias para recuperação das áreas de reserva legal mencionadas no *caput* desta cláusula, que contenham erosões e/ou degradação de solo. No documento deverá ser apresentado cronograma para sua execução, que deverá ser iniciado no prazo a ser estabelecido pelo PRADA, sendo que o documento passará a fazer parte do TAC e seu descumprimento implicará nas sanções previstas neste instrumento;

Parágrafo primeiro. A fiscalização do cumprimento do PRADA e da recuperação das áreas será feita pelo órgão ambiental competente, que receberá ofício do Ministério Público solicitando que informe caso haja descumprimento, para fins de execução do TAC. Esta previsão não impede que o Ministério Público requirite de qualquer órgão ou entidade a fiscalização do cumprimento deste Ajustamento de Conduta.

Parágrafo segundo. As atividades previstas no PRADA, no PRA e no Termo de Compromisso firmado com o órgão ambiental, bem como seu cronograma, passarão a fazer parte deste TAC, sendo que seu não cumprimento ensejará as multas e penalidades previstas neste instrumento.

Bela Vista-MS, 17 de outubro de 2022.

WILLIAM MARRA SILVA JÚNIOR
Promotor de Justiça

CAARAPÓ

EDITAL 0021/2022/02PJ/CRP

EXTRATO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA celebrado em 29 de setembro de 2022, tendo como compromitente o Ministério Público Estadual, através da 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Caarapó – MS, e como compromissária Eliana Duarte Cardoso Alves, brasileira, portadora do RG nº 11621420 SSP/SP e do CPF nº 055.154.548-80, residente e domiciliada na Rua Eurico Hummig, 577, Aptº 1704, na cidade de Londrina – PR, firmado nos autos do Inquérito Civil nº 06.2022.00000064-9, instaurado com objetivo de apurar o déficit de 77,94 hectares para composição de Reserva Legal, bem como a ausência de 4,5 hectares de vegetação arbórea densa nas áreas também delimitadas como Reserva Legal (fora das APPs) e 0,5 hectares com ausência de vegetação arbórea densa nas Área de Preservação Permanente, na Fazenda São Jorge, em Juti/MS, conforme Parecer nº 051/2021/CEIPPAM/LASANGE-UEMS (Programa SOS RIOS - Projeto Córrego Curupaí). Os autos do referido procedimento, assim como a íntegra do Termo de Ajustamento de Conduta, podem ser integralmente acessados via internet (mediante inserção de senha que pode ser obtida nesta Promotoria de Justiça), no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Caarapó-MS, 25 de outubro de 2022.

ARTHUR DIAS JÚNIOR
Promotor de Justiça

**EDITAL 0022/2022/02PJ/CRP**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Caarapó – MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo abaixo especificado. Referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet (mediante inserção de senha que pode ser obtida nesta Promotoria de Justiça), no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo nº 09.2022.00010559-6

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Eliana Duarte Cardoso Alves

Assunto: Fiscalizar o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta celebrado nos autos do Inquérito Civil nº 06.2022.0000064-9.

Caarapó-MS, 25 de outubro de 2022.

ARTHUR DIAS JÚNIOR

Promotor de Justiça

DEODÁPOLIS

EDITAL Nº 0001/2022/GACEP/DPS.

Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições Nº 09.2022.00010566-3.

O MINISTÉRIO PÚBLICO, por intermédio da Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS, torna pública a instauração do(a) Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições nº 09.2022.00010566-3, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Av. Francisco Alves da Silva, nº 103, Edifício do Fórum, sede da Promotoria de Justiça.

Os autos estão registrados no sistema informatizado SAJ/MP e podem ser acessados na íntegra pela *Internet*, através do endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Noticiante: Promotoria de Justiça da Comarca de Deodápolis/MS.

Interessado: Delegacia de Polícia Civil de Deodápolis/MS.

Objeto: Formalizar o exercício do controle externo da atividade policial consistente na realização de visita técnica à Delegacia de Polícia Civil de Deodápolis/MS, no mês de novembro de 2022, nos termos do art. 8º, I, da Resolução nº 2/2015-CPJ e do art. 4º, I, da Resolução CNMP nº 20/2007.

Deodápolis/MS, 25 de outubro de 2022.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS,

Promotor de Justiça.

JARDIM

EDITAL Nº 0018/2022/01PJ/JIM

A Promotoria de Justiça da Comarca de Jardim/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo relacionado, para conhecimento de terceiros interessados no oferecimento de elementos de informação, o qual encontra-se registrado no sistema SAJ/MP, e pode ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico <http://consultaprocedimentos.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> e também encontra-se à disposição de quem interessar na Avenida Coronel Stuck, 85, Centro, cidade e Comarca de Jardim –CEP. 79.240-000

Inquérito Civil nº 06.2022.00000976-2

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Balneário Santuário do Prata

Assunto: Apurar a regularidade ambiental do Balneário Santuário do Prata, localizado na Fazenda Nossa Senhora Aparecida em Jardim/MS.

Jardim, data da assinatura digital.

ALLAN CARLOS COBACHO DO PRADO

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0019/2022/01PJ/JIM**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Jardim/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo relacionado, para conhecimento de terceiros interessados no oferecimento de elementos de informação, o qual encontra-se registrado no sistema SAJ/MP, e pode ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico <http://consultaprocedimentos.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> e também encontra-se à disposição de quem interessar na Avenida Coronel Stuck, 85, Centro, cidade e Comarca de Jardim –CEP. 79.240-000

Inquérito Civil nº 06.2022.00000988-4

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Pecman Agropecuária Ltda

Assunto: Apurar possível lançamento de dejetos de esgoto "in natura" em área de drenagem rural.

Jardim, data da assinatura digital.

ALLAN CARLOS COBACHO DO PRADO

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0020/2022/01PJ/JIM

A Promotoria de Justiça da Comarca de Jardim/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo relacionado, para conhecimento de terceiros interessados no oferecimento de elementos de informação, o qual encontra-se registrado no sistema SAJ/MP, e pode ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico <http://consultaprocedimentos.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> e também encontra-se à disposição de quem interessar na Avenida Coronel Stuck, 85, Centro, cidade e Comarca de Jardim –CEP. 79.240-000

Inquérito Civil nº 06.2022.00000989-5

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Fazenda Legeado

Assunto: Apurar possível supressão vegetal de 1,48 hectares, em área de vegetação nativa, ocorrida na Fazenda Legeado, de propriedade de Leonice Batistela, localizada em Guia Lopes da Laguna/MS.

Jardim, data da assinatura digital

ALLAN CARLOS COBACHO DO PRADO

Promotor de Justiça

MIRANDA**EDITAL Nº 013/2022**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Miranda/MS torna pública a instauração do Procedimento Preparatório nº 06.2022.00001200-1, cujos autos podem ser integralmente acessados via internet, no endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/mpms/procedimento>.

Procedimento Preparatório nº 06.2022.00001200-1

Requerente: Ministério Público Estadual.

Investigado: A apurar

Assunto: Apurar eventuais irregularidades em contratos firmados entre o Município de Miranda e a empresa Marques Barbero & Bossay Ltda, inscrita sob CNPJ nº 13.432.903/0001-93.

Miranda/MS, 25/10/2022

TALITA ZOCCOLARO PAPA MURITIBA

Promotora de Justiça



PARANAÍBA

EDITAL N° 0024/2022/01PJ/PBA

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Paranaíba/MS, torna pública a instauração de PP - Procedimento Preparatório que está à disposição de quem possa interessar na Rua José Robalinho da Silva, 215 – Jardim Santa Mônica, Paranaíba-MS.

PP - Procedimento Preparatório n° 06.2022.00001092-5

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Clube Atlético Paranaibense, Município de Paranaíba

Assunto: Apurar eventual irregularidade ambiental envolvendo a área localizada entre as ruas Theodulo Mendes Malheiros e Bruno Mariano de Faria, conhecida por "Rua dos Buritis", próxima ao Clube Atlético Paranaibense - CAP.

Paranaíba - MS, 19 de outubro de 2022.

JULIANA NONATO

Promotora de Justiça

PONTA PORÃ

EDITAL N° 0073/2022/01PJ/PPR

A 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil n° 06.2022.00000908-4, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha n° 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil n. 06.2022.00000908-4

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Fabio Cerqueira Cesar Esteves Villar, Cláudia de Cerqueira Cesar Ottoni, Heloisa Cerqueira Cesar Esteves Villar, Bruno Cerqueira Cesar Esteves Villar

Assunto: Apurar a ocorrência de supressão ambiental de 2,16 hectares em área de Reserva Legal e 0,18 hectares em área de preservação permanente na Fazenda Buriti (CARMS n. 71.683) e passivo de 3,86 hectares em área de Reserva Legal na Fazenda Buriti (CARMS n. 79.522), bem como regularizar a situação jurídica-ambiental da propriedade rural

Ponta Porã/MS, 18 de outubro de 2022

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça

EDITAL N° 0074/2022/01PJ/PPR

A 1ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo n° 09.2022.00010130-1, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha, n° 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo n° 09.2022.00010130-1

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Ponta Porã

Assunto: apurar possível violação ao direito de acesso à saúde da cidadã Jaqueline da Silva Marcenias em razão de demora/ausência de agendamento de exame de mamografia

Ponta Porã/MS, 19 de outubro de 2022

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0076/2022/01PJ/PPR**

A 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2022.00001107-9, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil n. 06.2022.00001107-9

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Nereu Barbosa da Silva

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental de propriedade rural Fazenda Mangaval relativamente à instituição de área de reserva legal e conservação das áreas de preservação permanente, bem como possível desmatamento de 22, 02 ha de Bioma Mata Atlântica (Notificação nº U8ERMMOO), e 7,61 hectares em área de Reserva Legal (Auto de Infração nº QYYSR6BL), localizada em Ponta Porã/MS.

Ponta Porã/MS, 24 de outubro de 2022

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça

SIDROLÂNDIA

EXTRATO: TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**Inquérito Civil n.º 06.2022.00000873-0**

Extrato de Compromisso de Ajustamento de Conduta celebrado em 17.10.2022 entre o Ministério Público Estadual, por intermédio da 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Sidrolândia/MS e Eika Suzuki, Roberto Masaharu Suzuki, Daniella Figueiredo Alves de Arruda, Osvaldo Hiromi Suzuki, Keulla Cabreira Portela, Gloria Setsuko Suzuki e Ademilson de Souza Benitez, referente a regularização de Área de Reserva Legal e Área Remanescente de Vegetação Nativa com desmatamento possivelmente ilegal, no bojo dos autos de Inquérito Civil n.º 06.2022.00000873-0, disponível para consulta em do conteúdo integral na 2ª Promotoria de Justiça de Sidrolândia/MS, localizada na rua Espírito Santo, n.º 1.383, bairro Centro, CEP 79.170-000, telefone (67) 3272-1637. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: "<http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>".

TERENOS

SAJ/MP N. 06.2021.00001167-5

Requerente: Procuradoria Geral Municipal de Terenos

RECOMENDAÇÃO Nº 0005/2022/PJ/TRN

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por seu agente signatário *in fine* assinado, em exercício na Promotoria de Justiça de Terenos, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos art. 127, caput e no 129, inciso III, bem como no artigo 27, inciso IV da Lei n. 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público);

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, nos termos do artigo 127, “*caput*”, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que são funções institucionais do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Carta Magna, bem como a proteção do



patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, nos termos do artigo 129, incisos II e III, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que foi instaurado o presente Inquérito Civil nº 06.2021.00001167-5, com intuito de apurar possível irregularidade na entrega de cestas básicas adquiridas pelo Município de Terenos/MS.

CONSIDERANDO que, visando a uniformização da atuação deste órgão de execução ministerial em todos os casos que são análogos, torna-se necessária a elaboração de recomendação, para padronizar a fiscalização e dar maior transparência ao tema, facilitando a verificação de eventual fraude nas execuções dos contratos.

CONSIDERANDO que da análise dos autos não se verificou, a princípio, nenhuma irregularidade no procedimento licitatório em si, todavia, constatou-se que o controle de entrega de cestas básicas é realizado forma deficiente, uma vez que a Administração Municipal não registrou diversas entregas entre 2019 e 2020, bem como pelo fato de que as entregas aparentemente eram realizadas de forma descentralizada, por setores e servidores distintos e não especificados.

CONSIDERANDO que esta forma gera falta de transparência e de controle de gastos públicos.

CONSIDERANDO que nos termos dos artigos 28 e 29 da Lei Complementar Estadual 72/1994 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul): “Cabe ao Ministério Público exercer a defesa dos direitos assegurados nas Constituições Federal e Estadual, sempre que se cuidar de garantir-lhes o respeito: (...) IV - promover audiências públicas e emitir relatórios, anual ou especiais, e recomendações dirigidas aos órgãos e entidades mencionadas no art. 28 desta Lei, requisitando ao destinatário sua divulgação adequada e imediata, assim como resposta por escrito” (art. 29);

CONSIDERANDO que a Lei Complementar 75/1993 (Organização, Atribuições e Estatuto do Ministério Público da União) estabeleceu, em seu art. 6º, XX, caber ao Ministério Público da União expedir recomendações, visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como ao respeito, aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover, fixando prazo razoável para a adoção das providências cabíveis, disposição esta que se estende ao Ministério Público dos Estados por força do art. 80 da Lei 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público);

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 4º, § 1º, da Resolução 164/2017-CNMP, “A recomendação será dirigida a quem tem poder, atribuição ou competência para a adoção das medidas recomendadas, ou responsabilidade pela reparação ou prevenção do dano”;

CONSIDERANDO que para o exercício da função institucional cabe ao Ministério Público expedir recomendações, requisitando ao destinatário sua divulgação adequada e imediata, assim como resposta por escrito, conforme art. 27, parágrafo único, IV, da Lei 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público);

CONSIDERANDO a acentuada utilidade da recomendação para a autocomposição dos conflitos e controvérsias envolvendo os direitos de cuja defesa é incumbido o Ministério Público, sendo importante instrumento de redução da litigiosidade, e de ampliação do acesso à justiça em sua visão contemporânea;

CONSIDERANDO a atuação do Ministério Público em relação à expedição de recomendações, no exercício do dever de ofício, como medida de garantia da sociedade e legítimo mecanismo de promoção dos direitos fundamentais individuais e coletivos, sem prejuízo da preservação da independência funcional assegurada constitucionalmente a seus membros;

CONSIDERANDO ser a recomendação instrumento de atuação extrajudicial do Ministério Público por intermédio do qual este expõe, em ato formal, razões fáticas e jurídicas sobre determinada questão, com o objetivo de persuadir o destinatário a praticar ou deixar de praticar determinados atos em benefício da melhoria dos serviços públicos e de relevância pública ou do respeito aos interesses, direitos e bens defendidos pela instituição, atuando, assim, como instrumento de prevenção de responsabilidades ou correção de condutas;

CONSIDERANDO que a improbidade administrativa pode ser caracterizada por condutas comissivas ou omissivas, inclusive por parte de quem tenha dever de fiscalizar (GARCIA, Emerson; ALVES, Rogério Pacheco. 9. ed.



São Paulo: Saraiva, 2017, p. 379);

CONSIDERANDO que constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão dolosa, que enseje, efetiva e comprovadamente, perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta lei (art. 10, *caput*, da Lei de Improbidade Administrativa);

CONSIDERANDO que a falta de controle na entrega de cestas básicas pelo Assistência Social do Município de Terenos, pode gerar desvios e, com isso, causar prejuízos ao erário público, o que caracteriza ato de improbidade administrativa;

CONSIDERANDO que sobre o caso, é pertinente a lição de Silvio Marques:

“O agente público pode permitir que outrem enriqueça ilicitamente tolerando ou permitindo práticas contrárias ao órgão ou entidade pública (por exemplo, autorizando que um contrato não seja completamente cumprido). Ele também pode facilitar o enriquecimento de terceiro reduzindo indevidamente as dificuldades (por exemplo, para que o terceiro cumpra um contrato). Por fim, o agente público propicia o enriquecimento ilícito de terceiro, por concurso, se contribuir para que este efetivamente obtenha vantagens ou deixe de gastar seus próprios recursos, em detrimento do erário (por exemplo, pagando despesas pessoais). É importante notar que o enriquecimento ilícito pode se dar pela transferência de bens ou pelo pagamento ou uso indevido de recursos públicos, caso em que o terceiro deixa de gastar seus próprios recursos¹”.

Resolve, com fundamento no artigo 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei n.º 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), artigo 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual n.º 72/1994 (Lei Orgânica do Ministério Público de Mato Grosso do Sul), artigo 26, inciso XX, da Lei Complementar n.º 75/1993 (Lei Orgânica do Ministério Público da União), artigo 44 da Resolução n.º 015/2007, da Procuradoria-Geral de Justiça de Mato Grosso do Sul, e artigo 3º da Resolução n.º 164/2017, do Conselho Nacional do Ministério Público, RECOMENDAR ao Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de Terenos/MS, o que segue:

1º. Aprimore o sistema de controle interno, na Secretaria de Assistência Social de Terenos, implementando medidas corretivas, a fim de corrigir as falhas identificadas e minimizar as possibilidades de desvio de recursos públicos, determinando que a respectiva Secretaria adote providências como a) registro de cópia ou de digitalização dos recibos de cestas básicas entregues pela Administração Municipal; b) definição do setor e dos servidores responsáveis pelo controle de entrega e pela entrega de cestas básicas adquiridas com recursos públicos; e c) outras medidas que visem o aprimoramento do sistema de controle;

2º Apresente resposta por escrito à presente Recomendação, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre o posicionamento a ser adotado frente ao seu conteúdo, comprovando-se as providências adotadas;

3º. Para melhor conhecimento e divulgação, determino a remessa de cópias da presente recomendação, além da publicação de seu inteiro teor no Diário Oficial do Ministério Público:

Ao Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Terenos/MS, para fins de conhecimento;

Ao Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social, para ciência;

A presente recomendação dá ciência e constitui em mora o destinatário quanto às providências indicadas, ensejando a omissão quanto à adoção das medidas recomendadas no manejo de medidas administrativas e ações judiciais cabíveis contra o inerte.

Terenos/MS, 19 de outubro de 2022

EDUARDO DE ARAÚJO PORTES GUEDES
Promotor de Justiça

¹ MARQUES, Silvio Antônio. *Improbidade Administrativa: ação civil e cooperação jurídica internacional*. São Paulo: Saraiva, 2010. pp. 106-107.